

ATA Nº. 1/2016 - Mandato 2013/2017

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE FEVEREIRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA DOZE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente, em primeira reunião da Sessão de Fevereiro, a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia:-----

Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 30/10/2015 e 31/01/2016.-----

Ponto 2 - Deliberar aprovar a autorização para a contratação de empréstimo bancário de/até um milhão de euros para fazer face ao pagamento do terreno onde estão implantados a Biblioteca Municipal e o Fórum da Juventude Ílhavo.-----

Ponto 3 - Deliberar aprovar a 1ª. Revisão ao Orçamento e GOP/2016. -----

Ponto 4 - Deliberar tomar conhecimento das Declarações referentes ao Artigo 15º LCPA, nos termos da alínea c/, nº. 2, do art.º 15º. Da Lei 22/2015, de 17março. -----

Ponto 5 - Deliberar Aprovar o Relevante Interesse Publico - Projeto de remodelação da rotunda da Praia da Barra (estudo prévio). -----

Ponto 6 - Deliberar aprovar o Relevante Interesse Público da Carreira e tomar conhecimento da Proposta da primeira correção material do PDM de Ílhavo no âmbito do novo programa da Área de Equipamentos da Carreira.---

Ponto 7 - Deliberar Aprovar a Proposta de Delimitação de Área de Reabilitação Urbana (ARU) e Operação de Reabilitação Urbana (ORU) Simples de Ílhavo. -----

Ponto 8 - Deliberar Aprovar a Alteração ao Regulamento Interno do Parque de Campismo da Praia da Barra.-----

Ponto 9 - Deliberar Aprovar a Alteração ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Urbana do Município de Ílhavo e Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos para 2016. -----

Ponto 10 - Deliberar Aprovar o Regulamento do Museu da Vista Alegre. -----

Ponto 11 - Deliberar Aprovar a Norma de Controle Interno do Município, ao abrigo do artigo 33º nº.1, alínea i, da Lei 74/2013 de 12setembro. -----

Ponto 12 - Deliberar Aprovar a substituição do membro José luís Cacho, eleito pela AMI ao abrigo da alínea j) nº. 1 Do artigo 5º. Da lei 33/98, de 18/07. -----

A reunião teve início nos termos do Regimento às 21h00.-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Paz Duarte e pelo primeiro secretário, Carlos Sarabando e segunda secretaria Margarida São Marcos.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores Marcos Ré, Paulo Costa, José Vaz, Ana Bastos, António Pedro Martins e Beatriz Martins.-----

FALTAS:-----

Apresentaram pedido de justificação por motivo de ausência do município nos termos do artigo 6º. Do Regimento, os membros Lurdes Faneca do PS, que foi substituída por Hugo Lacerda, Bárbara Gabriel do PSD, que foi substituída por Dinis Gandarinho, e, Hugo Rocha do CDS/PP, que foi substituído por Nuno Conde.-----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado a presença dos 25 Membros que o compõem: Fernando Maria Duarte, Carlos Sarabando, Margarida São Marcos, Luís Leitão, Hugo Lacerda, Dinis Gandarinho, António Flor Agostinho, João Oliveira, António Pinho, João Bernardo, Júlio Barreirinha, Sofia Senos, Sérgio Lopes, Eduardo Conde, Carla Lima, Emanuel Costa, Nuno Conde, Daniel Santiago, Irene Ribau Esteves, João Roque, Amantino Caçoilo, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha, e Luís Diamantino.-----

Período de intervenção do público, conforme os artigos 44º. e 45º. do Regimento:-----

Presidente da Mesa abriu inscrições para intervenções na ala do público, tendo-se inscrito o Senhor Horácio Melo, ao que, o Presidente deu imediatamente a palavra.:-----

Horácio Melo: O munícipe no uso da palavra começou por felicitar o Presidente da Mesa, pela disponibilidade que tem manifestado colocando-se ao longo dos últimos anos em situações de cargos, cujo objetivo é ajudar as pessoas.

Sabendo que não é uma competência da AMI, resolver ou interceder no caso que vai apresentar, pretende fazê-lo a título de desabafo e para que conste no futuro o seu desgosto pela forma como recentemente o Governo da Nação, tratou o caso Banif, colocando em grandes dificuldades, pessoas que, (como é o seu caso), trabalharam uma vida para ter algumas poupanças, que as tranquilizariam na fase mais avançada da idade e que devido à atuação do Governo, estão numa situação aflitiva, quer económica, quer psicológica.-----
Pedindo desculpa do desabafo pede ao Presidente da Câmara para mandar pintar o varandim na Ponte da VA.-----

O **Presidente da Mesa** agradece a intervenção, confirmando que de fato foi um desabafo, que estamos solidários com o desgosto do munícipe, mas a AMI não tem competências de intervenção.-----

Presidente da Mesa pergunta ao Presidente da Câmara se pretende responder, relativamente à questão da Ponte.----

Presidente da Câmara: Informa que a obra Ponte da V. A não está concluída, vai ser colocada iluminação pública na zona junto ao Hotel e as pinturas vão ser executadas.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Apreciação das atas 8 e 9/2015, das reuniões realizadas em 13 e 20 de Novembro de 2015, cuja leitura foi dispensada porque haviam sido previamente enviadas aos membros.-----
Com o compromisso da Mesa de fazer algumas correções, pedidas pelos grupos do PS e PCP, devidamente anotadas, as atas **foram aprovadas por unanimidade.**-----

Presidente da mesa informa que pelo Grupo Parlamentar do PSD é entregue à Mesa um Voto de Louvor, que se transcreve, referente ao êxito obtido pelos atletas ilhavenses Paulo Henriques e Augusto Pereira, nos campeonatos do Mundo de Atletismo para pessoas portadoras da síndrome de down, que decorreram na África do Sul, na cidade de Bloemfontein no mês de Dezembro de 2015.-----

VOTO DE LOUVOR-----

O Município de Ílhavo, tem o maior orgulho, em possuir no seu tecido social, cidadãos detentores de competências que lhes permitem obter grandes sucessos nas suas áreas de intervenção, que a todos nós muito nos honram e orgulham de serem nossos conterrâneos.-----

Mais uma vez, o maior e melhor Atleta do Mundo, de seu nome “Paulo Henriques”, morador na Praia da Barra, Gafanha da Nazaré é um Cidadão Ilhavense que escolheu o Município de Ílhavo para viver com os seus familiares desde os 13 anos de idade, e que há alguns anos se propôs realizar grandes triunfos, tendo vindo nos últimos anos, a colecionar vitórias que o destacam a nível mundial na sua condição de portador da síndrome de Dawn.-----
Quando todos consideravam que a sua promessa de ambicionar ser Campeão do Mundo em atletismo era uma simples brincadeira, continuava arduamente os seus treinos com muito empenho e esforço, levando muito a sério os seus objetivos.-----

Como produto desse seu trabalho permanente e empenhado, resultou mais uma vez a obtenção do desiderato que se propôs alcançar – ser Campeão do Mundo em Atletismo.-----

No final de novembro de 2015, integrado na Seleção Nacional, participou nos Campeonatos do Mundo que se realizaram na África do Sul, e mais uma vez, voltou a surpreender o mundo, aos 34 anos de idade, apesar do seu aspeto franzino, ao conquistar para Portugal duas medalhas de ouro nos 800 e 1500 metros. Bem como na prova de estafetas 4x400 metros obteve com a restante equipa portuguesa a medalha de prata, tendo sido considerado a grande figura destes campeonatos mundiais.-----

Igualmente é de destacar e enaltecer o desempenho de outro atleta ilhavense, de seu nome João Augusto Santos Gregório, que também conquistou uma medalha de bronze nos 1500 metros.-----

Também João Gregório tem ao longo dos últimos anos investido de forma abnegada e continua na sua preparação física, almejando desta forma a obtenção de significativas vitórias, que muito honram todos os munícipes Ilhavenses. Reconhecendo-se a qualidade do trabalho de ambos, bem como a competência, a dedicação e o mérito dos dois atletas, a Assembleia Municipal de Ílhavo testemunha o seu apreço pelo notável trabalho que o **Paulo Henriques e João Gregório** desenvolvem para alcançar mais estes títulos internacionais e os seus percursos desportivos de excelência, que também honram o Município de Ílhavo.-----

Atento o referido, o Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Ílhavo propõe a aprovação de **um VOTO DE LOUVOR aos Cidadãos Paulo Henriques e João Gregório**, por mais estas performances desportivas extraordinárias que nos proporcionaram. Ílhavo, 12 de Fevereiro de 2016. O Grupo do PSD na Assembleia

Municipal de Ílhavo.-----

O Voto apresentado foi subscrito por todos os grupos parlamentares PS, CDS/PP, CDU e BE, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Presidente da Mesa: Procede como habitualmente às inscrições, tendo-se registado os seguintes intervenientes: ----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

Daniel Santiago: Decorrendo alterações de trânsito nas Ruas da Gafanha da Nazaré, e, sabendo que nestas situações é sempre complicado que todos fiquem de acordo com as novas regras, pergunta: Se foram feitas reuniões de esclarecimento com as populações e como decorreram? Qual foi a participação das pessoas? Se a Câmara tem conhecimento do descontentamento e quem são os responsáveis pelo processo? Ainda se estes responsáveis estão recetivos a fazer algumas modificações? Termina dizendo que o PCP não está em desacordo com as alterações, mas tão só com algumas situações que considera se encontram menos bem e são motivo de grandes transtornos a alguns residentes. Se houver alguma reclamação justificada, pergunta se fazem ou não a respetiva alteração que se justifique.-----

Sérgio Lopes: Referindo-se à opção do assessor/programador dos nossos Centros Culturais em se mudar para Aveiro, diz que o processo de escolha do seu sucessor deveria ser por concurso público, não se justificando que seja de outra forma, pois este é o processo mais transparente. Chama a atenção para a programação do Centro Cultural da Gafanha da Nazaré e a colocação em funcionamento do recém edifício inaugurado sócio cultural da Costa Nova, o que só pode ser compatível com alguém a tempo inteiro. Opina que é tempo de repensar a política cultural no município, face à proliferação de equipamentos construídos, ponderando também a taxa de ocupação desses equipamentos.-----

Luís Leitão: Sobre o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Ílhavo, da leitura que fez o que conclui é que os funcionários só cumprem porque sim e acham que é uma chatice. Porque é de cumprimento legislativo, será importante que o executivo faça com que o documento tenha a participação de todos. Trata-se de uma análise metódica dos riscos inerentes às atividades e competências das Instituições. Denota o Relatório com falta de interesse e empenho.-----

Eduardo Conde: O membro diz não conhecer as alterações aos sentidos de trânsito que estão a ser implementadas na Gafanha da Nazaré e por isso sente-se à vontade para comentar: Quando queremos implementar mudanças de comportamento, é importante saber dialogar e passar a informação. O hábito criado por deslocações diárias, leva a que se ofereça forte resistência a mudanças. Confessa ser adepto de ciclovias e pergunta se as bicicletas foram consideradas e pensadas, na situação. Comenta ainda que, um aumento de ex. 500 mts que se tenha de fazer para ir para a escola é muito importante. Termina com o comentário: “Deve haver conforto, em termos de largura, piso visualização, etc.”-----

Flor Agostinho: Enaltece o trabalho desenvolvido pelo Dr. Pina, enquanto se manteve à frente dos destinos dos CC,S e ao serviço da Câmara, como programador. A opção de procurar novos objetivos foi dele, porque não mantinha nenhum vínculo, uma vez que sempre foi prestador de serviços. A sua substituição é uma competência do executivo, que seguramente escolherá bem. Referindo o que foi dito pelo Leitão, diz concordar, mas que o importante é acreditar na seriedade, e competência dos funcionários. Ter planos de anticorrupção é importante para se saber como atuar em caso de necessidade. Termina perguntando ao Presidente da Câmara se já há reflexos para o Município do Orçamento do Estado para 2016-----

António Pinho: Sobre o comentário do membro Flor Agostinho, sobre o plano anticorrupção, diz que os casos de corrupção conhecidos, todos foram do conhecimento publico depois de terem acontecido. Não há plano nenhum que tenha detetado preventivamente, a corrupção é de fato uma coisa mais complicada e que a existência de planos não resolve, muito embora estes possam em algumas consciências mais burocratas alertar. Referindo os comentários sobre as alterações de trânsito na Gafanha da Nazaré, mais importante do que entrar por uma rua ou por outra ou agradar a toda a gente é a nova sinalização ser eficiente e prática. Haverá situações que se poderão estudar de novo, mas alterar o que já está feito é o que se chama “pior a emenda que o soneto!”. Todos têm que aceitar, uns têm sorte e outros azar e se a administração aceitar mudar sem uma justificação muito forte, dará seguramente conflito grave. Todos nós desde algum tempo temos vindo a reclamar a necessidade da obra e em breve melhor ou pior, todos se adaptarão.-----

Terminadas as intervenções dos membros inscritos, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara, para responder às questões.-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Sobre a nova sinalética na Gafanha da Nazaré que foi referida por vários membros, dizer que, todos sabemos que qualquer mudança em que as pessoas tenham de alterar algo, oferece resistência. Especialmente as questões de sentidos únicos, mas todas, quando são alterações com impacto para a vida das populações, são sempre complicadas e aqui estamos todos de acordo. Foram realizadas duas reuniões da Comissão de Transito e Segurança Rodoviária e foram na sequência dessas reuniões tomadas as decisões e afixados os editais. Que tenha conhecimento, nenhum município se dirigiu aos serviços, Câmara ou Juntas de Freguesia a tentar obter qualquer esclarecimento. Tem consciência de que a maioria das ruas no município são estreitas, colocar passeios dos dois lados, baia de estacionamento e ainda uma pista para bicicletas! Não há espaço para se circular. No início do Verão a CMI vai proceder à pintura das vias, que deve ser feita de acordo com a sinalética em vigor e vão ser criados novos hábitos. A estrutura rodoviária da Gafanha da Nazaré é particularmente difícil e por vezes é necessário quase inventar. As alterações levam a que os moradores no início de uma rua que sofreu alteração de sentido único, sentem que têm de percorrer uma faixa toda para entrar noutra rua o que antes era muito mais rápido. É preciso ter coragem para requalificar o trânsito e pedir a criação de novos hábitos, os decisores têm noção dos transtornos em alguns casos. Lentamente as pessoas vão criando novos hábitos, e aceitam quando se vão habituando a medidas que são de maior segurança. Estes não são ainda os locais mais complicados, nesta freguesia, em eixos mais difíceis, vamos ver como vai ser! No que respeita à substituição do novo programador dos Centros Culturais, e política cultural, a opção já está tomada e vai ser um assessor do Presidente da Câmara para a área da cultura. O processo de escolha é uma competência minha e com o devido respeito, não delego. A opção do Dr. Pina foi pessoal e nós respeitamos, ele foi prestador de serviços sem vínculo e portanto um processo absolutamente legal.-----
Ao membro Luís Leitão, diz que estamos a iniciar o processo e sabe que poucos municípios ainda cumprem a legislação no que respeita à existência de Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. O nosso município iniciou o processo em cumprimento legislativo, isso é o mais importante, vai ser seguramente aperfeiçoado. Estas coisas demoram algum tempo, a estrutura é pequena e o processo evolutivo. Informa o Presidente ter reunido com as Chefias e todos prestaram a sua colaboração, conforme as disponibilidades, não tendo havido qualquer resistência, mas sim falta de tempo. A Flor Agostinho ainda a propósito do Assessor dos Centros Culturais, é um processo normal e não nos causa nenhum transtorno, está tudo assegurado. Reflexo do Orçamento do Estado para o município, a partir de amanhã passamos a pagar o gasóleo mais caro! É para já o reflexo de forma direta, depois se vê. Ao membro António Pinho à pergunta sobre os Planos de Desenvolvimento, responde que nesta fase inicial contemplamos 66 ruas e vamos aguardar a criação de novos hábitos.-----

Presidente da Mesa: abre inscrições para a segunda ronda de perguntas, para o que se inscrevem:-----

Sérgio Lopes: Referindo o Orçamento do Estado para 2016, realça o fim das isenções aos fundos imobiliários no que diz respeito ao IMI e o regresso da cláusula de salvaguarda no que diz respeito às famílias. Reafirma ser uma taxa injusta e que penaliza todos sem exceção, ricos e pobres. Referindo a resposta do membro Flor Agostinho, refere a mesma como intenção de desvalorizar a opinião das oposições, diz ainda, saber a quem compete a escolha do novo programador para a Cultura, mas o PS não tem que se inibir de dar opinião.-----

Luís Leitão: Não concorda com o Presidente no que respeita à colaboração para o Relatório e diz que tem de haver mais empenho. No que respeita às alterações do trânsito, exclama “o que as pessoas gostavam mesmo era de ter um botão que carregassem em função das suas necessidades, mas a vida não é um jogo interativo”. O que em sua opinião deveria ter havido era uma manifestação de preocupação e informação com as pessoas: “meus senhores passam aqui há 30 anos e hoje mudamos a sinalização”, fazer acompanhar estas medidas com placas informativas e divulgação na rádio local, termina dizendo; de resto revejo-me na sua posição.-----

Presidente da Mesa, pede ao Presidente da Câmara para responder aos membros: -----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Reafirma que se verificar alguma questão que seja passível de retificação, assim se fará. Concorde com o facto de se olhar pouco para nossa envolvente, e comunicação, mas vamos esforçar-nos por fazer melhor, vamos habituar-nos.-----

Terminadas as intervenções deste período, o Presidente da Mesa anuncia o:-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

Presidente da Mesa: Anuncia que se vai dar início ao Período da Ordem do dia com a análise do **Ponto 1- Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 31/10/2015 e 01/2016**, e dá a palavra ao Presidente da Câmara:-----

Presidente da Câmara: Sendo o documento bastante explicativo, coloca-se à disposição dos membros para responder às habituais perguntas: -----

Presidente da Mesa abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros: -----

Daniel Santiago: O PCP quer dar destaque ao acordo coletivo para as 35 horas de trabalho semanal firmado recentemente com o Sindicato, felicita a Câmara pela visita da Secretaria de Estado da Cultura a Ílhavo. Mais uma vez pede informação relativa aos processos jurídicos pendentes e diz que por essa falta, mais tarde aparecerem surpresas como a do ponto seguinte.-----

João Bernardo: Começa por se referir ao ponto 44 do relatório e congratula-se pelo facto dos edifícios das Juntas de Freguesia depois de tantos anos passarem para a sua posse. Lamenta contudo ser tardio e pergunta porque só agora e de quem a responsabilidade. No caso da Junta de S. Salvador pergunta quando é que a Junta e a Assembleia tomaram a decisão da aceitação? Pergunta igualmente se as Associações a quem foram entregues edifícios municipais estão todas a utilizá-los? A informação sobre a reunião do Conselho Municipal de Educação efetuada em Janeiro, nada nos diz sobre as conclusões. Pergunta ainda o Estado de saúde dos Centros Escolares, pois são centros novos e já a sofrerem grandes reparações, acrescem notícias que sofrem de grandes infiltrações para não ser exaustivo.-----

João Roque: Pergunta como foi divulgada a notícia das alterações de trânsito na Freguesia da Gafanha da Nazaré, fala-se de uma conferência de imprensa mas muitas pessoas não tiveram conhecimento. Como pode fazer chegar os seus contributos sobre esta questão? Sobre a Casa da Musica da Gafanha da Nazaré, pergunta se, se justifica a reação pública do Presidente do Grupo Etnográfico da Gafanha da Nazaré? -----

Eduardo Conde: Manifesta o seu agrado pelo aproveitamento e a requalificação dos espaços para a Casa da Musica da Gafanha da Nazaré, do Novo Quartel da GNR e da Casa Mortuária da Gafanha do Carmo. Requalificar além da economia é importante pela conservação da história e identidade local e ambiental. O edifício sócio cultural da Costa Nova, é um espaço fundamental para cativar cada vez mais os turistas que nos visitam e em especial no Inverno uma vez que passam a ter um espaço, que serve de plano B, para quando a chuva se faz sentir, terem um local publico agradável e acolhedor para passarem o seu tempo livre, seja mesmo, na prática de leitura. Considera de grande utilidade para os cidadãos o espaço recém-criado do cidadão, uma vez que vai ajudar a cortar distâncias para resolverem questões. Quanto à requalificação do espaço onde está o NEGE, diz ser uma obra a referir como uma boa opção.-----

Flor Agostinho: Considera ter sido um objetivo alcançado o Plano Estratégico para o Município, com uma previsão a 20 anos, um trabalho de ajuda de tomada de decisões. Assinala o registo de 79.000 visitantes ao Museu Marítimo de Ílhavo no último ano, sendo um marco importante. Assinala o 4º. Congresso da Associação Portuguesa de Empresas de Congressos Animação Turística e Eventos, que se realizou no esplêndido recém Hotel inaugurado Montebelo, que pela 1ª. vez se realizou fora de Lisboa. Refere ainda que caminhamos bem no que respeita à situação financeira da Câmara, com redução da dívida em 2 milhões de euros em 2015. -----

Emanuel Costa: Valoriza a atribuição das 20 bolsas de estudo, nos termos do novo regulamento, representando no final um valor de cerca de 30.000 € que é uma boa ajuda aos nossos estudantes. Felicita a aposta da Câmara nas Associações, nomeadamente no desporto. Os jogos internacionais de basquetebol que se realizaram em Ílhavo não seriam possíveis se não houvesse esta aposta forte da Câmara. -----

António Pinho: Inicia a sua intervenção comentando que, “tratando este ponto da atividade do município importa salientar alguns itens”: O elemento mais presente diz ser a atividade do mar. Faz um reparo relativamente à divulgação municipal em que se usa por exemplo “Kuartas seguras...”, Não parece bem que seja usada esta metodologia de palavras (embora pareça uma moda), por entidade oficial com responsabilidades na educação. Remata “todos temos obrigação de sermos professores de portugueses”. -----

Carla Lima: À semelhança do PCP, felicita o acordo firmado com o sindicato para o regresso às 35 horas de trabalho semanal. O BE apresentou duas moções com objetivo deste desfecho, fica feliz, porque deu frutos. Diz não

ter ficado esclarecida sobre a forma de contratação do novo programador para a Cultura. Sobre o edifício sócio educativo da Costa Nova, afirma que, este tipo de equipamentos é sempre bem-vindo. Já o espaço onde se situa é motivo para si de grande preocupação. Está em cima de uma duna primária, sujeito a avanços do mar em tempo de tempestade e os dois milhões de euros, podem num ápice, simplesmente seguirem água fora... Pergunta se esta situação foi ponderada? Pergunta ainda se foram ponderados os elevados custos de manutenção desta obra?-----

Presidente da mesa, diz ao Presidente da Câmara para responder aos membros:-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Responde ao Daniel dizendo que deverá consultar o site da Câmara, nas atas das reuniões desta, nomeadamente da ultima reunião, encontra a situação de todos os processos pendentes. A João Bernardo diz que o imóvel onde está a Junta de Freguesia de S. Salvador foi escriturado a favor desta, está legalmente resolvido, a data quem foi etc. não interessa para nada! Os edifícios das Juntas de Freguesias, antes desta escritura estavam todos por registar a seu favor, estamos a trabalhar nesse sentido. Quanto aos edifícios ainda não estão todos entregues, temos alguns casos pendentes. No que respeita à reunião do Conselho Municipal de Educação decorreu muito bem e foi muito produtiva. No que respeita aos edifícios centros escolares, alguns pelo modelo do telhado ou isolamento exterior chamado “capoto”, que não será o melhor, os materiais hoje, muito acrílico etc., enfim alguma falta de experiencia, estamos a corrigir o que é necessário. A João Roque informa que pode enviar mail dirigido à vereadora Beatriz e no que respeita à Casa da Musica, nós não aceitamos que seja só para uma Associação. Esta deverá ser a explicação para a reação do Presidente do Grupo Etnográfico da Gafanha da Nazaré. A Flor Agostinho informa que o congresso correu muito bem e é de fato uma mais-valia, para a divulgação de Ílhavo. A Emanuel que falou sobre as bolsas de estudo, o nosso objetivo é de fato para ajudar sempre que possível. A António Pinho, diz que sendo Professor é natural que se sinta chocado com o uso de k para definir uma quarta-feira e aceito o reparo. A Carla Lima no que respeita ao programador diz que há que respeitar as opções das pessoas e já informou que a metodologia vai ser o Assessor do Presidente para a área da Cultura. O edificio sócio cultural da Costa Nova não está em cima de uma duna primária. -----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 2ª. Intervenção dos membros: -----

Daniel Santiago: Lê do novo os artigos 25º. e 35º. Da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, repetindo que vai fazê-lo em todas as Sessões.-----

João Bernardo: O Senhor Presidente da Câmara parece pela sua intervenção, no que respeita aos edifícios das Juntas de Freguesia ter acabado de chegar à Câmara. Lembro que foi vereador e vice-presidente antes de ser Presidente. É fácil ver que os edifícios dos Centros Escolares têm erros grosseiros de construção e de projeto. O dono das obras hoje é a CMI e competia-lhe definir critérios. Sobre a reunião do Conselho Municipal de Educação respondeu que os resultados foram ótimos, não percebe o que foi ótimo, gostaria de ser mais esclarecido.-----

João Roque: Esta situação da Casa da Musica, só confirma a postura habitual da Câmara de não ouvir as pessoas. No que respeita aos Editais afixados na Junta, acredito que a maior parte das pessoas não os lê e quando a Câmara quer que a divulgação seja do conhecimento público sabe como fazê-lo.-----

Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara, para a resposta informativa: -----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Responde ao membro João Bernardo com a informação de que os edifícios foram construídos há cerca de oito anos e é normal nesta altura haver intervenções. A João Roque diz que a Câmara não tem medo de decidir ou assumir responsabilidades. Quando alguém não quer fazer nada ouve toda a gente! O que é necessário é ter coragem para colocar em prática alterações ao trânsito, que sabíamos de antemão que iria criar polémica. -----

Esgotado o Ponto 1, o **Presidente da Mesa** coloca em análise o **Ponto 2, deliberar aprovar a autorização para a contratação de empréstimo bancário de/até um milhão de euros para fazer face ao pagamento do terreno onde estão implantados a Biblioteca Municipal e o Fórum da Juventude Ílhavo** e dá a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a sua introdução: -----

Participação:-----

Participaram na análise deste ponto, 24 dos 25 membros que compõem a Assembleia Municipal de Ílhavo.-----

Escusa:-----

HUGO LACERDA: Este membro do Partido Socialista não participou nesta análise, desde logo de início,

invocando o artigo 41º. do Regimento, informou não tomar parte na análise ou sequer estar presente na sala durante a votação, por ter tido intervenção profissional neste assunto na sua qualidade de advogado no processo. Serão assim, contabilizados 24 votos dos 25 membros presentes no início:-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Começa por dizer que este processo é já de todos muito conhecido, passou por sete mandatos, quatro Presidentes de Câmara e caiu neste executivo. Cá estamos nós agora para resolver a questão e temos que dar seguimento ao processo independentemente de haver alguns partidos a acusar de irresponsabilidade, que não existiu. O terreno foi inscrito na Conservatória a favor da Câmara e se assim não fosse, não se podia candidatar a fundos comunitários e não teria sido aprovada pelo Tribunal de Contas. No dia 12.05.1995, foi feito o registo na Conservatória e hoje ninguém consegue explicar o motivo do registo ter sido feito com apenas duas das três cláusulas constantes do Acordo, que foi escriturado com o então proprietário. A Câmara tem condições financeiras para obter o empréstimo bancário para de uma vez por todas fecharmos este processo, a decisão foi abrir concurso para o empréstimo, foram consultados todos os agentes bancários do município mas apenas a Caixa Geral de Depósitos concorreu. Esperamos agora que o Tribunal de Contas defira a opção, que julgamos ser a melhor, até pelo valor do spread de 1,1% que foi proposto. -----

Presidente da Mesa, abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros: -----

Sérgio Lopes: Sobre o ponto em análise, o membro comenta que o processo teve vicissitudes graves, cujos responsáveis estão bem identificados, o anterior Presidente da Câmara e o actual, bem como todos os vereadores do PSD. Sublinhou a tentativa de ocultação da decisão da 1ª. Estância do Tribunal por parte da maioria PSD, que decorreu em plena campanha eleitoral, dada a vergonha que têm do processo por não terem acautelado, como era seu dever, a propriedade do terreno. Afirma; que os autarcas que assim fizeram foram irresponsáveis e negligentes, dado que não cumpriram as suas obrigações e a conclusão agora com este desfecho da sentença do Tribunal para pagar um milhão de euros. Pagamos todos por um erro grave, que afinal parece não ter culpados, mas a verdade é que existem e têm rosto, solteira.-----

Luís Leitão: Afirma que este é um assunto político com componente técnica, o membro Sérgio Lopes fez a crítica política e convenhamos que não foi bonito esconder o assunto em 2013, mas enfim até se compreende! Já não entende a falta de cumprimento na componente técnica. Nos termos do POCAL, deveria ter sido inscrita a verba e o próprio chamou a atenção para o fato, ao que o Senhor Presidente respondeu: “escreva aí a Câmara Municipal vai pagar zero pelo terreno”. Este processo andou encapotado, por isso discorda da forma como foi tratado. Lamenta ainda que não tenha havido transparência e clarificação, que não tenham procedido de acordo com as regras. Já o despacho informativo sobre este processo -----

Flor Agostinho: Este processo tem como disse o Presidente, quatro Presidentes de Câmara, cada um deles fez seguramente o melhor que estava ao seu alcance para resolver bem este assunto. Todos sabemos a pressão popular que foi exercida no sentido de manter a traça (era só que existia à data) do chamado palácio de Alqueidão! O Palácio e os seus proprietários originais, foi para muitos ilhavenses uma referência de vida. Na data em que foi vendido à empresa já se encontrava nas mãos de herdeiros, que não vivendo cá, não tinham ou não quiseram ter referência a essa situação histórica. A pressão imobiliária na altura era enorme no sentido de construir mais e muitos apartamentos naquela tão cobiçada e tranquila zona. Seguindo o princípio da boa-fé, foi realizado o ato administrativo a escritura, e, registado na Conservatória o terreno, com base em cláusulas protocolares. Houve uma lacuna de registo que não se sabe a que se deve e chegamos a este desfecho e temos de o resolver. É uma decisão do Tribunal e é para cumprir, resultou de uma comissão de peritos, que consideram o valor justo. O que foi pedido pelo proprietário foi a devolução do terreno sem nada lá em cima e a decisão é para todos mais que justa.-----

António Pinho: O que está neste momento em análise, é a opção para a resolução deste problema. Não invalida todo o percurso anterior em que terão acontecido um pouco de várias coisas e também uma tentativa para que o Tribunal tomasse uma resolução mais favorável o que não aconteceu. Para dar solução ao problema o pedido de empréstimo, até levando em consideração a taxa de spread é a melhor solução. Já olhando para trás, salta a questão se haveria forma de não se chegar a este ponto? A pressa de obter fundos comunitários, leva a que muitas vezes se tente fazer o registo dos terrenos no mais curto espaço de tempo! Foi provavelmente o motivo para a não verificação exaustiva da situação. O que se pede é que futuramente não se repitam estas coisas, naturalmente.-----

Carla Lima: Lamenta ser esta a única forma de honrar e resolver o assunto. É óbvio que a Câmara tem que honrar os seus compromissos mas na prática é do erário público que sai o valor. Opina que é um péssimo exemplo da governação do PSD, um milhão de euros poderia ser utilizado para a redução do IMI.-----

Daniel Santiago: Comenta este membro, que para o PCP este desfecho deve-se à teimosia da falácia do “quero posso e mando” de quem governa e mais uma vez quem paga é o contribuinte. Apesar de tudo o PCP percebe que o que está em análise é a solução para que este problema não tome proporções ainda maiores. Compreende que existem compromissos financeiros que não são possível adiar e portanto a necessidade de recorrer a este expediente.-

Presidente da Mesa: Pede ao presidente da Câmara para dar resposta às perguntas. -----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara: O terreno na altura da construção da biblioteca era da Câmara Municipal, fruto do registo que foi feito no mandato do Partido Socialista 12.05.1995, na Conservatória do Registo Predial em Ílhavo e ninguém tinha dúvidas. Na altura a Câmara não teve motivo algum para tomar a decisão de comprar outro terreno, havia uma forte pressão municipal, como é do conhecimento de todos, para que se procedesse à recuperação da capela e da fachada, nessa altura o que restava e o que foi possível recuperar. Fruto de negociações inconclusivas com os herdeiros, que entretanto venderam a uma empresa, a situação do edifício foi-se degradando, e estando desprotegido porque estava desabitado, acontecia aí um sem número de vandalismos do conhecimento público, tudo isto culminou com um incêndio em que o que restava dos muitos assaltos, foi destruído. Quando a Câmara teve conhecimento da venda, encetou negociações com a empresa proprietária, até ao registo e não surgiu nenhuma dúvida de que o terreno não fosse propriedade da Câmara. Acontece que o registo, foi contestado mais tarde pela empresa e o desfecho final depois das estâncias que percorremos foi a atual sentença. É para cumprir e quem agora gere a Câmara, tem de o fazer e assumimos o que temos de fazer, por isso este pedido de empréstimo bancário, que esperamos ter o aval do Tribunal de Contas, como já referi. Quanto ao não cumprimento legislativo de cativar verba, não o fizemos porque não conhecíamos o desfecho do processo e era penalizante para a gestão ter uma tão elevada verba cativa. -----

Presidente da Mesa abre inscrições para a 2ª. Intervenção dos membros: -----

Sérgio Lopes: O que o PS diz hoje sobre este processo tem no dito ao longo de todos estes anos, a decisão final comprova que o terreno não era da CMI, basta a decisão do Tribunal se fosse não tinham que o pagar. Construir lá a biblioteca pode ter resolvido um problema, mas não deixou de criar este de se ter agora de pagar um milhão de euros. O protocolo assinado foi considerado ilegal e houve negligência e irresponsabilidade, o executivo não teve a cautela que tem de ter.-----

Luís Leitão: Considera não ser um bom ato de gestão o não ter colocado a verba no Plano. Como já referiu até entende o que o Presidente disse, “colocar a verba cativa...” (a lógica é uma batata) o que é importante é fazer as coisas como devem ser e respeitar a lei, o relatório do Revisor chama a atenção, porque não está bem. Sr. Presidente, não direi que o Sr. é culpado mas estiveram mal neste processo. Um milhão é o que é, e, assunto arrumado, o que me custa perceber não sendo desconfiança da Câmara é a metodologia. Este processo até na forma como o despacho foi feito mostra as vossas fragilidades, termina afirmando: “Vou abster-me porque não estou disponível para aprovar uma situação que foi mal enredada, têm a maioria que vota a favor. Seria merecedor da nossa concordância se tivessem sido coerentes do princípio ao fim, não foram durante não sei quantos anos, era no vosso mandato, o que não aconteceu”.-----

O Presidente da Mesa: Coloca a:-----

VOTAÇÃO: Aprovado por maioria, com 15 votos a favor e 9 abstenções. Nesta votação são contabilizados 24 votos, pelos motivos acima descritos. Votos a favor das bancadas do PSD e do CDS/PP, abstenções das bancadas do PS, CDU e BE.-----

Presidente da Mesa, propõe à Assembleia, face à Ordem do Dia que está ainda por analisar, o prolongamento desta reunião por mais 30 minutos, ao abrigo do artigo 58º. do Regimento, para que nesta Sessão possa ser resolvida em duas reuniões:-----

Votada a questão obtém aprovação por unanimidade. Coloca o Presidente, assim, de imediato em análise o **Ponto 3 Deliberar aprovar a 1ª. Revisão ao Orçamento e GOP/2016,** e, dá a palavra ao Presidente da Câmara para a sua habitual introdução.-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Basicamente trata-se de fazer face ao aumento de capital da Adra Águas da Região de Aveiro, em cuja Sociedade a Câmara tem participação, em cerca de 210 000 euros. -----

Presidente da Mesa: Não havendo inscrições dos membros para este ponto é o mesmo colocado a Votação:-----

VOTAÇÃO: Aprovado por maioria, com 15 votos a favor e 10 abstenções. Votos a favor das bancadas do PSD e do CDS/PP, abstenções das bancadas do PS, CDU e BE. -----

Presidente da Mesa anuncia a análise do **Ponto 4 - Deliberar tomar conhecimento das Declarações referentes ao Artigo 15º LCPA, nos termos da alínea c/, nº. 2, do art.º 15º. Da Lei 22/2015, de 17março**; dá a palavra ao Presidente da Câmara para a sua introdução:-----

1ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Trata-se do cumprimento legislativo da Lei dos Compromissos sobre os pagamentos em atraso: A AMI tem de tomar conhecimento e por isso as declarações anexas.-----

Presidente da Mesa abre inscrições para a 1ª. Intervenção dos membros: -----

Hugo Lacerda: Deixando a leitura jurídica de parte, faz a leitura política destas declarações e sobre a das dívidas ao município. Menciona com alguma perplexidade as datas das dívidas em atraso em 31 de Dezembro de 2015. Reportam-se desde 16 janeiro de 2009 a 7 setembro de 2015, nomeadamente em 2011 há autos da Administração do Porto de Aveiro no valor de 49.000 euros e pergunta, o que foi feito pelo município para receber estes valores? A declaração dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias não são permitidas, cita artigo 4º. nº. 2 da lei dos compromissos e pergunta se algum destes pagamentos estão no âmbito desta alínea?-----

Luís Leitão: Diz o membro que lhe causa alguma estranheza alguns nomes da lista de recebimentos em atraso, logo a APA tem o maior valor em dívida e pergunta se há divergência ou encontro de contas a fazer? Outra são dois valores cada um de mil euros da Vista Alegre. É uma empresa com contratos de comodato, uma parceria fortíssima com o Município e não entende que a empresa não honre estes compromissos.-----

Presidente da Mesa pede ao Presidente da Câmara para responder:-----

2ª. Intervenção do Presidente da Câmara: Os problemas apresentados pelos membros são de contabilidade e orgânica da mesma que muito honestamente não entende porque não estão resolvidos. Estas dívidas são muito antigas, porque eventualmente não tiveram em devido tempo o tratamento mais adequado, não devia acontecer! Esta situação da APA vem de uma discordância de valores da obra de iluminação do Jardim Oudinot, não foi resolvida a questão do encontro de contas entre a iluminação e o pagamento da água de rega do jardim que é paga pela APA. A dívida da Vista Alegre resulta também de uma situação pendente do Festival do Bacalhau que se tem arrastado. A nossa contabilidade tem tentado e vai continuar a tentar resolver todos estes assuntos. -----

Presidente da Mesa abre inscrições para a 2ª. Intervenção dos membros: -----

Luís Leitão: Parece que a análise é sobre coisas menores, mas não são, são coisas muito importantes. Empresas merecedoras de crédito têm de ter comportamento de acordo com a situação e a Câmara não pode permitir que estas situações se arrastem.-----

Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa coloca este ponto a votação: -----

VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade com 25 votos a favor. Todos os pontos desta ata são por votação unânime aprovados em minuta, para que produzam efeitos imediatos. -----

Presidente da Mesa informa que decorridos os 30 minutos de prolongamento, são os trabalhos desta reunião encerrados e a mesma terá continuação nos termos da Convocatória na próxima semana, para a segunda reunião.----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi e vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia _____

O 1º Secretário _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 2016/06/17.